

LIDERANÇAS SINDICAIS NO SANEAMENTO FAZEM PROPOSTA PARA O SETOR AO GOVERNO LULA



SINDÁGUA participou de “Encontro”, em Brasília, onde foram discutidos os graves problemas de desmanche do marco regulatório e o caminho das privatizações que precarizaram os serviços no País

A regulamentação da prestação de serviços de saneamento em nosso País continua sendo a grande preocupação de todos que trabalham no setor.

Desde que a direita ascendeu ao poder no Brasil o saneamento vem sendo perseguido como a “bola da vez” para a privatização dos serviços, que constitucionalmente são da responsabilidade do Estado. Todos os avanços alcançados na busca da universalização começaram a passar por um verdadeiro desmanche, facilitando a iniciativa privada explorar os serviços, através de Parcerias Público Privadas (PPPs) e processos de privatização e do desmonte do marco legal que fortalecia e garantia o saneamento nas mãos do Estado.

As graves consequências das iniciativas de governos entreguistas de repassar serviços públicos essenciais para a iniciativa privada foram debatidas no Encontro Setorial das Federações Urbanitárias, realizado nos dias 10 e 11 de janeiro, em Brasília. Dirigentes sindicais do setor de saneamento participaram de várias reuniões com representações do Governo Lula, a presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada Gleisi Hoffman, o ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macedo, além de Sérgio Dias, Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo do Ministério das Relações Institucionais, e vários parlamentares, quando foi entregue um documento com propostas aprovadas no encontro. O documento expõe uma constatação grave:

“Cerca de 80% do setor privado que atua no Brasil são controlados por fundos de investimentos internacionais, principalmente de Singapura e Canadá. Transformam sua operação no saneamento no País em possibilidades de remessa de lucros para suas sedes no exterior. Só visam o

como nas periferias das grandes cidades, nas favelas, nos morros e nas áreas rurais. Usam o instrumento de maior outorga nos leilões de privatização para repassar dinheiro para governadores e prefeitos, que não destinam ao saneamento”.

Entre as várias propostas para o setor, as lideranças que atuam no setor do saneamento afirmam a necessidade de “rever o marco regulatório (leis 11.445/2007 e 14.026/2020), através de amplo debate com a sociedade com a finalidade de aperfeiçoá-lo, garantindo, entre outras melhorias, a possibilidade de celebração de Contratos de Programa para a prestação dos serviços de saneamento”. São indicadas as revogações dos decretos 10.588 (de 24 de dezembro/2020), 11.030 (de 1º de abril/2022), 11.710 (de 31 de maio/2021) e 10.282 (de 20 de março/2020). Entre os requisitos que se procura resguardar, busca-se assegurar estruturação para prestação de serviços regionalizada, comprovação econômico-financeira dos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantia do saneamento como serviço público essencial para a saúde da população.

Nas propostas advindas do Encontro Setorial das Federações Urbanitárias, o documento encaminhado ao Governo afirma que as revogações sejam feitas “concomitantemente à publicação de novo decreto unificado pelo debate democrático de todos os atores envolvidos no setor de saneamento como representantes dos(as) trabalhadores(as), dos municípios, das companhias estaduais, agentes privados e governamentais de forma a direcionar o saneamento ao atendimento das metas de universalização regulamentando a legislação revista de forma integral e não de forma segmentada como vem sendo feito até

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Facebook
/sindaguamg



Youtube
/sindagua.mg



Twitter
/sindaguamg



Instagram
/SindáguaMG1



LinkedIn
/sindágua-mg



☎ 97324 6913